



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR

CNPJ 76.545.011/0001-19 - Rua Mateus Leme, 1561 - Bom Retiro - Curitiba/PR



RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA EXERCÍCIO 2023

A Celepar, em 2023, completou 59 anos de uma história dedicada ao cidadão paranaense. Ao longo do ano, foram inúmeras soluções desenvolvidas para facilitar o acesso do cidadão a serviços públicos digitais de qualidade. A seguir, apresentamos alguns delas.

Chamada Inteligente

Em fevereiro de 2023, foi implementada em 1,7 mil colégios da rede estadual de ensino do Paraná a Chamada Inteligente: uma solução de reconhecimento facial desenvolvida pela Celepar que agiliza o processo de chamada (registro de frequência dos alunos) nas salas de aula. Agora, basta que o professor tire de uma a quatro fotos da turma para que o sistema reconheça os estudantes nas imagens (comparando as fotos às imagens cadastradas de cada aluno) e conceda a presença automaticamente. Tudo é feito por meio do aplicativo Escola Paraná Professores ou pelo Registro de Classe Online (acessado em um navegador de internet), também desenvolvidos pela Celepar.

As fotos do cadastro biométrico e do registro da frequência não ficam armazenadas no dispositivo. As imagens são enviadas ao servidor da Celepar, criptografadas e não podem ser acessadas diretamente, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A tecnologia está em processo de adoção na United Lisbon International School (em Lisboa, Portugal), uma das principais instituições de ensino do país. O Governo do Estado do Paraná fechou em maio o acordo para a exportação da tecnologia. O sistema de reconhecimento facial ficou em teste durante três meses e foi aprovado pela direção da escola, que atende 700 alunos de cerca de 50 países.

Viaje Paraná+

A Celepar iniciou os testes do aplicativo turístico Viaje Paraná+, em parceria com as secretarias de Estado do Turismo e das Cidades. A plataforma terá informações sobre atrativos, hospedagem, alimentação, comércio, serviços e infraestrutura dos destinos paranaenses.

Desde outubro, uma versão de testes foi disponibilizada às prefeituras e órgãos municipais do setor para que alimentem a plataforma com informações de suas cidades. Inicialmente, o aplicativo abrangerá os 29 municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Posteriormente, todas as cidades paranaenses deverão ser adicionadas.

Para o cidadão, o Viaje Paraná funciona como um guia turístico digital, apresentando informações sobre gastronomia, arte, cultura, esporte e aventura em cada destino escolhido, assim como no portal Viaje Paraná. Já para os gestores públicos, o aplicativo tem outras funcionalidades. Ele fornece um painel de gestão com indicadores para que os gestores possam mapear oportunidades e criar estratégias para desenvolver o potencial turístico e, consequentemente, econômico de seu município.

Paraná Negócios

A Celepar lançou a plataforma Paraná Negócios: uma ferramenta que promove o encontro entre municípios e empresas com interesses em comum. Com ela, as indústrias ou companhias podem buscar a cidade que melhor atende às suas necessidades, analisando informações como capacidade logística, terrenos disponíveis, incentivos fiscais, mão de obra especializada, fornecedores e consumidores em potencial. Já os municípios podem encontrar grandes empresas que estão

chegando ao Estado e utilizar a plataforma como uma vitrine, apresentando seus benefícios para atrair investidores.

Sidora

O Sistema Online de Notificação de Síndromes e Doenças Raras, conhecido como Sidora, foi lançado em março, em uma parceria entre Celepar e Secretaria de Estado da Saúde. As pessoas registradas no sistema recebem uma carteirinha com QR Code, garantindo que profissionais de saúde tenham acesso rápido a informações relevantes em situações de emergência. Com o Sidora, a gestão pública pode ampliar e aperfeiçoar as ações voltadas às pessoas com doenças raras, uma vez que tem acesso a um banco de dados com informações importantes para o atendimento e tratamento multiprofissional para cada caso.

Emplacamento Digital

Foi lançado em junho o Primeiro Emplacamento Digital. Desenvolvido pela Celepar, o serviço pode ser feito pelo celular ou computador e representa uma economia de R\$ 52,10 para o cidadão, graças à dispensa da etapa de vistoria. Além da redução de custo, outras vantagens do sistema são a praticidade e diminuição do tempo necessário para concluir o serviço. O serviço é válido para o emplacamento de automóveis, motocicletas, ciclomotores, motonetas, utilitários, camionetas e caminhonetes zero-quilômetro.

Rumo aos seus 60 anos de existência, a Celepar fortalece seu propósito de melhorar a vida do cidadão, apresentando à sociedade o conjunto completo de suas Demonstrações Contábeis do exercício 2023, de acordo com a legislação vigente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(EM R\$ 1)

ATIVO	2023			2022			PASSIVO	2023			2022		
	Notas	2023	2022	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022	Notas	2023	2022
CIRCULANTE		257.159.687	195.778.530	CIRCULANTE		92.397.570	85.407.849						
Caixa e Equivalentes de Caixa	"3.4" e "4"	201.534.648	153.634.728	Fornecedores	"3.12"	10.551.963	12.140.035						
Contas a Receber de Clientes	"3.5" e "5"	37.038.058	24.978.090	Obrigações Sociais e Trabalhistas	"11"	25.626.938	23.906.623						
Tributos a Recuperar	"6"	15.521.594	14.096.155	Obrigações Fiscais e Tributárias	"12"	12.571.695	10.519.452						
Adiantamentos e Empréstimos a Empregados		49.446	261.118	Provisão Benefícios Emprego/Pós Emprego	"19"	66.870	2.671.077						
Estoques	"3.6"	301.710	289.465	Provisão para Demandas Judiciais	"3.13" e "13"	23.357.507	24.997.028						
Outros Créditos		621.732	329.943	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	"15"	20.058.975	11.038.117						
Despesas Antecipadas		2.092.499	2.189.031	Outras Obrigações		163.622	135.517						
NÃO CIRCULANTE		120.121.235	111.034.813	NÃO CIRCULANTE		4.817.836	4.076.236						
Realizável a Longo Prazo		24.151.562	27.134.039	Depósitos em Caução	"16"	690.432	586.764						
Tributos diferidos	"7"	11.277.809	12.537.615	Provisão Benefícios Emprego/Pós Emprego	"19"	-	66.870						
Depósitos para recursos	"8.1"	12.688.795	14.074.722	Tributos Diferidos	"7"	4.127.404	3.422.602						
Despesas antecipadas e outros créditos	"8.2"	184.958	521.702	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		280.065.516	217.329.258						
Investimentos	"3.7"	523.131	523.131	Capital Social	"18.1"	149.670.210	150.000.000						
Imobilizado	"3.8" e "9"	62.790.979	61.971.837	Capital a Integralizar(-)	"18.1"	-	(50.000.000)						
Intangível	"3.9" e "10"	32.655.563	21.405.806	Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	"18.1"	-	5.928.631						
				Reservas de Capital	"18.2"	6.194.208	49.933.608						
				Reserva Legal	"18.3"	15.630.894	11.407.761						
				Reserva de Lucros	"18.5"	103.595.023	43.415.385						
				Ações em Tesouraria(-)	"18.1"	(3.036.839)	-						
				Superavit/Deficit Atuarial	"18.6"	8.012.020	6.643.873						
TOTAL DO ATIVO		377.280.922	306.813.343	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		377.280.922	306.813.343						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM EVIDENCIAÇÃO DOS OUTROS
RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ 1)

	Capital Social			Reserva de Lucros				Outros Resultados Abrangentes		TOTAL
	Capital Subscrito	Capital a Integralizar	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Superavit / Deficit Atuarial	
Em 31 de dezembro de 2021	100.000.000	-	-	13.648.780	9.081.110	40.558.904	-	-	4.364.671	167.653.465
Resultado Atuarial Líquido (nota 18.6)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.279.202	2.279.202
Reversão de JCP para Reserva de Capital (nota 25)	-	-	-	5.986.521	-	-	-	-	-	5.986.521
Transferência p/ Reserva Aumento Capital (nota 18.1)	-	-	-	30.298.307	-	(30.298.307)	-	-	-	-
Transações de Capital (nota 18.1)	50.000.000	(50.000.000)	5.928.631	-	-	-	-	-	-	5.928.631
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	46.533.035	-	46.533.035
Destinações Propostas:										
Reserva Legal (nota 18.3)	-	-	-	-	2.326.651	-	-	(2.326.651)	-	-
Dividendos e JCP imputados aos dividendos (nota 18.4)	-	-	-	-	-	-	-	(11.051.596)	-	(11.051.596)
Transferência p/ Reserva Esp. de Lucros (nota 18.5)	-	-	-	-	-	33.154.788	-	(33.154.788)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	150.000.000	(50.000.000)	5.928.631	49.933.608	11.407.761	43.415.385	-	-	6.643.873	217.329.258
Resultado Atuarial Líquido (nota 18.6)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.368.147	1.368.147
Transferência p/ Reserva Aumento Capital (nota 18.1)	-	-	(5.930.810)	5.930.810	-	-	-	-	-	-
Transações de Capital (nota 18.1)	(329.790)	50.000.000	2.179	(49.670.210)	-	-	(3.036.839)	-	-	(3.034.660)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	84.462.650	-	84.462.650
Destinações Propostas:										
Reserva Legal (nota 18.3)	-	-	-	-	4.223.133	-	-	(4.223.133)	-	-
Dividendos e JCP imputados aos dividendos (nota 18.4)	-	-	-	-	-	-	-	(20.059.879)	-	(20.059.879)
Transferência p/ Reserva Esp. de Lucros (nota 18.5)	-	-	-	-	-	60.179.638	-	(60.179.638)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	149.670.210	-	-	6.194.208	15.630.894	103.595.023	(3.036.839)	-	8.012.020	280.065.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ 1)

	Notas	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	"21"	414.374.245	342.967.435
Custo dos Serviços Prestados		(231.250.193)	(218.877.864)
LUCRO BRUTO		183.124.052	124.089.571
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e Administrativas	"22"	(86.596.869)	(76.187.743)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	"23"	1.580.287	1.300.586
		(85.016.582)	(74.887.157)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		98.107.470	49.202.414
Despesas Financeiras	"24"	(41.461)	(54.794)
Receitas Financeiras	"24"	22.631.498	15.668.500
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL		120.697.507	64.816.120
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	"14"	(34.975.051)	(17.468.762)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	"7"	(1.259.806)	(814.323)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		84.462.650	46.533.035
Lucro do Exercício por Ação do Capital Social (Em reais)		0,5643	0,4653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO (EM R\$ 1)

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	84.462.650	46.533.035
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Depreciações e Amortizações (nota 9.b e 10.b)	22.454.733	16.733.126
Valor Residual do Imobilizado e Intangível Baixado (nota 9.b e 10.b)	7.211	-
Resultado atuarial líquido (nota 18.6) (Reversão) Constituição de Provisão Impostos Diferidos (nota 7)	1.368.147	2.279.202
Programa de Aposentadoria Incentivada (nota 17) (Reversão) Constituição de Provisões p/ Benef. Emp. e Pós Emprego (nota 19) (Reversão) Constituição de Provisões para Demandas Judiciais (nota 13)	(66.870)	(3.892.016)
	(1.639.521)	(316.035)
108.550.958	65.922.569	
(Aumento) Diminuição das Contas do Ativo		
Contas a Receber de Clientes	(12.059.968)	17.452.771
Tributos a Recuperar	(1.425.439)	(2.380.218)
Estoques	(12.245)	25.266
Despesas Antecipadas de Curto Prazo	96.532	(410.462)
Depósitos Judiciais	1.385.927	2.425.940
Outros Ativos	256.627	(186.191)
	(11.758.566)	16.927.106
Aumento (Redução) das Contas do Passivo		
Fornecedores	(1.588.072)	1.656.069
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.720.315	(4.688.908)
Obrigações Fiscais e Tributárias	2.052.243	2.523.332
Programa de Aposentadoria Incentivada	-	(1.045.091)
Provisões p/ Benefício Emprego e Pós Emprego	(2.604.207)	155.450
Outras Obrigações	28.105	14.735
Depósitos em Caução	103.668	143.595
	(287.948)	(1.240.818)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	96.504.444	81.608.857
Atividades de Investimentos		
Aplicação em Investimentos	-	86
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (nota 9.b)	(14.463.881)	(19.640.391)
Aquisição de Bens Intangíveis (nota 10.b)	(20.066.962)	(16.889.542)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(34.530.843)	(36.529.847)
Atividades de Financiamentos		
Dividendos, JCP e Transações de Capital (nota 18.4 e 25)	(14.073.681)	5.915.152
Caixa Líquido Aplicado (Gerado) nas Atividades de Financiamentos	(14.073.681)	5.915.152
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	47.899.920	50.994.162
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	153.634.728	102.640.566
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	201.534.648	153.634.728
	47.899.920	50.994.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR

CNPJ 76.545.011/0001-19 - Rua Mateus Leme, 1561 - Bom Retiro - Curitiba/PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores em R\$ 1)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, CNPJ 76.545.011/0001-19, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, tem como objeto a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação preponderantemente, aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A moeda funcional utilizada pela Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais (R\$ 1).

2.1 Autorização de Emissão das Demonstrações Contábeis e Eventos Subsequentes

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Contábeis são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2023, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Esta autorização é de competência da diretoria executiva da Companhia, tendo sido as Demonstrações Contábeis apreciadas em reunião realizada em 26 de março de 2024.

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis estão descritas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas.

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras) e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: obrigações junto a fornecedores e obrigações sociais e trabalhistas.

Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possuam valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

3.3 Estimativas Contábeis

Na elaboração das Demonstrações Contábeis se faz necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua.

Foram utilizadas estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações (Nota 13).

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Este grupo está composto pelo saldo que permanece na caixa, saldo de contas correntes e aplicações financeiras de resgate imediato.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado".

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

A administração da Companhia, com base na análise dos créditos a receber e seu comportamento histórico no que tange à inadimplência, constituiu perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, com relação a contas a receber decorrentes de sua prestação de serviços ou decorrentes de cessação funcional.

A "NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente" estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes na NBC TG 30 - Receitas, NBC TG 17 - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com esse Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da Celear e não identificaram impactos significativos na aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

3.6 Estoques (Almoxarifado)

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição que é inferior ao valor de mercado.

3.7 Investimentos

São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

3.8 Imobilizado

Apresentado em detalhes na nota explicativa "9", está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens ou agregados ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

A administração implementou ao fim de 2015 os controles necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências do CPC 27, quanto às taxas de depreciação utilizadas, vida útil dos principais bens e determinação do valor residual dos bens relevantes do Ativo Imobilizado e pôde concluir que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tampouco ajustes contábeis necessários ou riscos de impairment nos exercícios contemplados nas presentes demonstrações. Conclusão de igual entendimento está contida no "Relatório de Avaliação Patrimonial de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis com a Aplicação de Teste de Recu-

perabilidade (Impairment Test)" da empresa Pétreia PDE Auditores Independentes Ltda contratada para tal avaliação no exercício 2022. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais continuam em acompanhamento, sendo que eventuais ajustes que surgirem serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do Ativo Imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do Imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.9 Intangível

Itens do Ativo Intangível são amortizados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

O valor contábil líquido do Ativo Intangível é avaliado segundo os preceitos do CPC 04 - Ativo Intangível e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O "Relatório de Avaliação Patrimonial de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis com a Aplicação de Teste de Recuperabilidade (Impairment Test)" da empresa Pétreia PDE Auditores Independentes Ltda contratada para realizar tal avaliação no exercício 2022. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais continuam em acompanhamento, sendo que eventuais ajustes que surgirem serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Provisão para Recuperação de Ativos

A administração pretende revisar quando necessário o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11 Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como Não Circulantes quando são de característica permanente ou quando é provável que sua realização se dará em prazo superior a doze meses.

3.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivos Circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como Passivo Não Circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação econômica e, subsequentemente, sofrem amortização parcial ou total de acordo com a realização dos pagamentos.

3.13 Provisão para Contingências

A Companhia adota os conceitos estabelecidos na NBC TG 25 (R2) sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes na constituição das suas provisões e divulgação sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. (Nota 13)

As provisões para demandas judiciais são registradas conforme a seguir:

Ativos Contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Passivos Contingentes: Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Quando os passivos contingentes forem prováveis, a Companhia registra o passivo em suas demonstrações contábeis; para os passivos contingentes considerados possíveis, são apenas divulgados em notas explicativas, e para os passivos contingentes julgados remotos não são registrados e nem divulgados.

3.14 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, são classificados como Circulantes quando sua exigencial/liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como Não Circulantes quando é provável que sua exigencial/liquidação se dará em prazo superior a doze meses.

3.15 Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à incidência direta da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), do Imposto Sobre Serviços (ISS), do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) às alíquotas vigentes na região de atuação da Companhia e de acordo com a atividade exercida pela mesma, sendo seu respectivo valor deduzido do total das receitas de prestação de serviços para fins de apuração do resultado.

Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS e COFINS são deduzidos do custo dos serviços prestados na Demonstração de Resultado do Exercício.

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados de acordo com o regime de tributação do lucro real anual e classificados em corrente ou diferido, conforme segue:

Corrente - O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real, são calculados à alíquota de 25% (15% acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente a R\$ 240.000/ano) para o Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores com lucros fiscais correntes, limitado a 30% do lucro tributável de cada exercício.

Diferido - O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados com base em prejuízos fiscais e base negativa, bem como com base nas diferenças temporárias compostas, principalmente, por provisões relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, somente na data de sua realização.

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos ativos são constituídos em conformidade com o CPC 32 - tributos sobre o lucro, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

3.16 Lucro por Ação

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/quantidade de ações" que forma o capital social da Companhia, excetuando-se as ações em tesouraria.

3.17 Distribuição de Lucros

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio (JCP) é considerado na apuração do lucro real para cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O cálculo do JCP é efetuado quando determinado pela diretoria e o seu reconhecimento ocorre quando autorizado pelo Conselho de Administração. A partir do exercício

2020, os juros sobre capital próprio passaram a ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

3.18 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros "Impairment"

A Celear adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

Nesse exercício, a Celear não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2023	2022
Recurso em Bancos - conta corrente	160.133	156.866
Aplicações Financeiras	201.374.515	153.477.862
Total	201.534.648	153.634.728

As aplicações financeiras são compostas por fundos de renda fixa de curto prazo no Banco Santander (Brasil) e no Banco do Brasil.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os créditos estão representados, substancialmente, por operações com órgãos do governo Municipal e Estadual.

Descrição	2023	2022	Varição
Clientes a Receber	37.038.058	24.978.090	12.059.968
Total	37.038.058	24.978.090	12.059.968

Em 2023, as contas a receber de clientes totalizam R\$ 40.567.660, porém foram reconhecidas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de R\$ 3.529.602 com base nos valores em aberto há mais de um ano, pois só a partir desse prazo a administração considera que há risco de não recebimento de tais contas.

Em 31/12/2023 as contas a receber de clientes apresentavam o seguinte tempo de vencimento:

Prazos dos valores vencidos e a vencer	Valores em 31/12/2023
Vencido há mais de 730 dias	3.528.189
Vencido há mais de 365 dias	1.423
Vencido entre 181 e 365 dias	246.254
Vencido entre 151 e 180 dias	157.471
Vencido entre 121 e 150 dias	97.436
Vencido entre 91 e 120 dias	171.354
Vencido entre 61 e 90 dias	164.940
Vencido entre 31 e 60 dias	132.241
Vencido até 30 dias	629.367
A vencer até 30 dias	35.438.985
Total	40.567.660

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

São registradas as antecipações de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos aos recolhimentos em regime de estimativa que excedem o valor de tais tributos no exercício por ocasião do ajuste anual, de acordo com os dispositivos legais, nas contas de IRPJ a Compensar e CSLL a Compensar.

As retenções de tributos sobre as notas fiscais emitidas pela Companhia (PIS/COFINS/CSLL e IRRF), quando aplicáveis, estão registradas em contas individualizadas e são compensadas de acordo com a legislação tributária vigente.

Impostos a recuperar	2023	2022
IRPJ a Compensar	9.932.333	10.013.558
CSLL a Compensar	2.300.030	2.322.418
COFINS retida sobre faturamento	-	1.083
PIS retido sobre faturamento	-	277
Outros Impostos a Recuperar	3.289.231	1.758.819
Total	15.521.594	14.096.155

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda (IRPJ) e de 9% para a Contribuição Social (CSLL).

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2023:

Ativos fiscais diferidos	2023	Movimentação do Período	2022
Provisão para Processos Trabalhistas	7.798.043	(403.041)	8.201.084
Provisão para Benefícios Emprego e Pós Emprego	22.736	(908.166)	930.902
Provisão para Processos Tributários	36.820	(175.177)	211.997
Provisão para Outras Ações	106.690	20.782	85.908
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.549.889	290	1.549.599
Provisão para Acordo Coletivo de Trabalho	-	-	-
Perdas Estimadas c/ Crédito de Liquidação Duvidosa - Previcel	1.763.631	205.506	1.558.125
Total	11.277.809	(1.259.806)	12.537.615

Passivos fiscais diferidos	2023	Movimentação do Período	2022
Superavit / Deficit Atuarial (PL)	4.127.404	704.802	3.422.602
Total	4.127.404	704.802	3.422.602

8. CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Além dos créditos fiscais diferidos de longo prazo, no Ativo Realizável a Longo Prazo são registrados valores com expectativa de realização superior a um exercício social, conforme segue:

8.1 DÉPOSITOS PARA RECURSOS

Descrição	2023	2022
Dépósitos para Recursos		
Trabalhistas	11.212.599	11.801.220
Judiciais Diversos	1.476.196	2.273.502
Total	12.688.795	14.074.722

8.2 DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS CRÉDITOS

Descrição	2023	2022
Outros créditos - longo prazo	-	-
Previcel - Previdência Privada da Celear	5.187.151	4.582.719
(-) Perda Estimada Crédito de Liquidação Duvidosa	(5.187.151)	(4.582.719)



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR

CNPJ 76.545.011/0001-19 - Rua Mateus Leme, 1561 - Bom Retiro - Curitiba/PR



Despesas Antecipadas - longo prazo	184.958	521.702
Despesas Antecipadas com software	184.958	521.702
Total	184.958	521.702

Conforme deliberado na 357ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, foi contabilizado em 30/12/2021 o valor de R\$ 3.977.049 e a partir de janeiro/2022 tem sido complementada mensalmente perda estimada com crédito de liquidação duvidosa devido à incerteza de recebimento de valores referentes à cessão de empregados à Previcel, objeto do processo judicial 0003805-58.2012.4.01.3400.

9. IMOBILIZADO

a) Composição do Imobilizado

	2023			2022	
	Custo	Depreciação	Valor	Valor	Valor
% (*)	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	284.200	-	284.200	284.200	284.200
Edificações e instalações	45.422.693	(26.626.209)	18.796.484	21.128.590	21.128.590
Equipamentos e Veículos e aeronaves	115.423.105	(72.397.471)	43.025.634	39.732.040	39.732.040
Móveis e Utensílios	10	26.700	(5.117)	21.583	24.253
Total	167.560.055	(104.769.076)	62.790.979	61.971.837	61.971.837

(*) Taxas anuais de depreciação.

b) Movimentação do Imobilizado

	2022		2023		Baixa de bens	Depreciação baixada	Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições	Depreciação	de bens			
Terrenos	284.200	-	-	-	-	-	284.200
Edificações e instalações	21.128.590	153.112	(2.478.007)	(37.044)	29.833	8.796.484	8.796.484
Equipamentos e Veículos e aeronaves	39.732.040	14.274.328	(10.980.734)	(5.419.166)	5.419.166	43.025.634	43.025.634
Móveis e Utensílios	24.253	36.441	(2.670)	(47.002)	47.002	663.078	663.078
Total	61.971.837	14.463.881	(13.637.528)	(5.503.212)	5.496.001	62.790.979	62.790.979

10. INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

	2023			2022	
	Custo	Depreciação	Valor	Valor	Valor
% (*)	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Sistemas de Suporte	20,25,33,50 ou 100	84.255.203	(51.600.327)	32.654.876	21.405.119
Outros Intangíveis	687	-	687	687	687
Total	84.255.890	(51.600.327)	32.655.563	21.405.806	21.405.806

(*) - Taxas anuais de amortização.

b) Movimentação do Intangível

	2022		2023		Amortização baixa	Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições	Amortização	baixa		
Sistemas de Suporte	21.405.119	20.066.962	(8.817.205)	-	-	32.654.876
Outros Intangíveis	687	-	-	-	-	687
Total	21.405.119	20.066.962	(8.817.205)	-	-	32.655.563

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS DE CURTO PRAZO

As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia são compostas por:

Descrição	2023	2022
Provisão de Férias e Encargos	22.579.121	21.024.736
Previdência Social	1.597.362	1.540.941
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	1.390.664	1.306.649
Outras Obrigações	59.791	34.297
Total	25.626.938	23.906.623

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS DE CURTO PRAZO

As obrigações fiscais e tributárias da Companhia são compostas por:

Descrição	2023	2022
Cofins a Recolher	3.337.010	2.598.486
ISS a Recolher	2.389.557	1.944.988
IRRF a Pagar	3.663.947	3.357.054
Previdência Social sobre a Receita a Pagar	2.144.161	1.740.702
Contribuições (4.65%) retidas a recolher	316.796	318.044
PLS a Recolher	720.224	560.178
Total	12.571.695	10.519.452

13. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

As provisões para demandas judiciais apresentaram a seguinte movimentação em 2023:

Contingências	Trabalhistas	Tributárias	Outras Ações	TOTAL
Saldo Exercício 2022	24.120.836	623.521	252.671	24.997.028
Reversão em 2023 das Provisões constituídas em 2022	(24.120.836)	(623.521)	(252.671)	(24.997.028)
Constituição de Provisões em 2023	22.935.421	108.293	313.793	23.357.507
Saldo Exercício 2023	22.935.421	108.293	313.793	23.357.507

13.1 Processos Trabalhistas

A Companhia possui processos em andamento, cuja possibilidade de perda foi avaliada por seus assessores jurídicos e classificada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no valor de perda estimada, estando assim distribuídos:

a) Provável - R\$ 22.935.421 (R\$ 24.120.836 em 2022);

b) Possível - R\$ 20.529.751 (R\$ 5.486.081 em 2022);

c) Remota - R\$ 3.088.261 (R\$ 1.941.384 em 2022).

13.2 Processos Tributários

Além dos processos classificados como sendo de risco de perda provável para contabilidade tributária no valor de R\$ 108.293 (R\$ 623.521 em 2022), risco de perda possível no valor de R\$ 3.802.782 (R\$ 12.976.634 em 2022) e risco de perda remota R\$ 0 (R\$ 5.800.641 em 2022), há ainda processos administrativos junto à Receita Federal do Brasil que não foram avaliados pelos assessores jurídicos por não se encontrarem com ou em fase de depósito em garantia. Tais processos são referentes à discussão com tal órgão de não homologação de valores referentes à compensações de IRRF e CSLL retidos por clientes sobre as notas fiscais emitidas pela Celepar, bem como multa, juros e atualizações sobre tais valores.

13.3 Provisão para Outras Ações Cíveis

Os processos classificados como sendo de risco de perda provável referente à ações cíveis contra a Celepar tiveram provisionados o valor de R\$ 313.793 (R\$ 252.671 em 2022). Existem contra a Companhia outros processos cíveis em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível em um montante de R\$ 2.222.445 (R\$ 2.614.245 em 2022), e de risco remoto no montante de R\$ 2.097.449 (R\$ 711.392 em 2022) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização.

14. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2023, com base no lucro real, os montantes de R\$ 25.506.660 (R\$ 12.599.277 em 2022) de provisão líquida para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$ 9.468.391 (R\$ 4.869.485 em 2022) para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R\$ 34.975.051 (R\$ 17.468.762 em 2022) em obediência à legislação tributária federal.

A seguir, demonstrativo do cálculo referente ao exercício 2023:

Descrição	CSLL	IRPJ
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	120.697.507	111.229.116
(+) Contribuição Social sobre o Lucro	-	9.468.391
(+) Custos e Despesas Indedutíveis	46.829.580	46.829.580
(-) Exclussões	(62.322.739)	(62.322.739)
(=) Base de Incidência da CSLL e IRPJ antes dos incentivos fiscais	105.204.348	105.204.348
CSLL e IRPJ calculados pela aplicação da alíquota definida em lei	9.468.391	26.277.087
(-) Incentivos fiscais	-	(770.427)
CSLL e IRPJ sobre o resultado do exercício	9.468.391	25.506.660

No cálculo do lucro real para incidência da CSLL e IRPJ, as principais adições são a constituição de provisões, os incentivos fiscais indedutíveis e as perdas indedutíveis, enquanto que as principais exclusões são os juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo obrigatório e a reversão de provisões.

15. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

No exercício de 2023, foram apropriados em dezembro/2023, juros sobre capital próprio (JCP) no valor total de R\$ 14.000.000 (R\$ 6.000.000 em 2022), creditados contabilmente à cada acionista de acordo com o percentual de sua participação societária em 31/12/2023. Os valores estão detalhados na nota explicativa 25.

Segundo o ditado no Parágrafo Único do Art. 9 da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, o valor bruto dos Juros sobre Capital Próprio (R\$ 14.000.000) foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício 2023 (R\$ 20.059.879). O valor líquido de IRRF (R\$ 13.999.096) referente aos Juros sobre Capital Próprio permanecerá no Passivo Circulante junto com o valor dos dividendos (R\$ 6.059.879) aguardando deliberação da Assembleia Geral para pagamento aos acionistas ou reversão para Reservas.

16. DEPÓSITOS EM CAUÇÃO

A Companhia recebe cauções como garantia de contratos, cujos valores são corrigidos à taxa de juros de poupança e devolvidos aos fornecedores no término da vigência do contrato. Valores suficientes para devolução das cauções corrigidas aos fornecedores, quando devida, são mantidos em aplicação financeira pela Companhia.

Descrição	2023	2022
Caução	690.432	586.764
Total	690.432	586.764

17. PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA

O último Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) foi instituído por meio de Acordo Coletivo de Trabalho Específico em 06/11/2018 com vigência de 12/11/2018 à 11/03/2019 e as obrigações da Companhia com esse programa foram concluídas em 2022 através do pagamento das parcelas finais no total de R\$ 1.045.091 (em 2022). Até 31/12/2023 não foi elaborado e nem instituído novo programa para aposentadoria incentivada, não tendo portanto havido em 2023 qualquer pagamento ou reconhecimento de obrigação dessa natureza pela Companhia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 149.670.210 representado por 149.670.210 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 por ação foi estabelecido pela 95ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2023, após consolidação das integralizações realizadas pelos acionistas que aderiram ao Aumento de Capital autorizado em 2022 (92ª Assembleia Geral Extraordinária).

Em 20/12/2023, a acionista Redecard Instituição de Pagamento S/A (CNPJ 01.425.787/0001-4) transferiu a totalidade de sua participação, representada por 2.091.409 ações ordinárias, para a Celepar.

Estas ações estavam mantidas em Tesouraria em 31/12/2023.

18.2 Reservas de Capital

As Reservas de Capital são constituídas de Subvenções para Incentivos Fiscais com saldo de R\$ 207.687 (R\$ 207.687 em 2022) remanescente de exercícios anteriores e Reserva para Aumento de Capital com saldo de R\$ 5.986.521 (R\$ 49.725.921 em 2022). Em 28/04/2023, para a Reserva para Aumento de Capital foram transferidos R\$ 5.930.810 oriundos da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e na mesma data foi utilizado da Reserva para Aumento de Capital o montante de R\$ 49.670.210 para integralização de capital conforme deliberações da 92ª e 95ª Assembleia Geral Extraordinária.

18.3 Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social.

Em 2023, R\$ 4.223.133 foram destinados à Reserva Legal (R\$ 2.326.651 em 2022).

18.4 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio imputados ao Dividendo Mínimo Obrigatório

De acordo com o art. 73 do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/76. Como em 2023 o dividendo mínimo

obrigatório calculado foi de R\$ 20.059.879 (11.051.596 em 2022) e os juros sobre capital próprio foram de R\$ 14.000.000 (R\$ 6.000.000 em 2022), imputados ao dividendo mínimo obrigatório conforme ditado no Parágrafo Único do Art. 9 da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, houve necessidade de reconhecimento de R\$ 6.059.879 como dividendos. O valor dos dividendos e juros sobre capital próprio que cabe a cada acionista, conforme participação societária em 31/12/2023, está detalhado na nota explicativa 25.

18.5 Reserva de Lucros

No exercício 2023 foi destinado à Reserva Especial de Lucros o valor de R\$ 60.179.638 (R\$ 33.154.788 em 2022), resultante da diferença entre o valor do lucro líquido do exercício e a soma dos dividendos e dos juros sobre capital próprio imputados ao dividendo obrigatório e da Reserva Legal constituída no exercício, destinando-se essa Reserva Especial de Lucros à futura utilização conforme legislação vigente e deliberação dos acionistas.

18.6 Superávit / Déficit Atuarial

O saldo de superávit / déficit atuarial apresentado no Patrimônio Líquido a partir de 31/12/2020 são decorrentes da contabilização de valores apontados no laudo atuarial envolvendo o benefício de previdência privada concedido pela Companhia, deduzidos dos valores de IRPJ (25%) e CSLL (9%) diferidos sobre tais valores. Os ajustes de avaliação patrimonial apresentaram saldo de R\$ 8.012.020 em 2023 (6.643.873 em 2022).

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E APOSENTADOS

Provisões para benefícios emprego/pós emprego	2023	2022
Passivo Circulante		
Plano de saúde - aposentados - curto prazo	66.870	2.671.077
Longo Prazo		
Plano de saúde - aposentados - longo prazo	-	66.870
Benefício previdência privada conforme laudo atuarial - longo prazo	-	-
Total	66.870	2.737.947

19.1 Benefícios a empregados

Os custos dos benefícios oferecidos pela Companhia em sua maioria são compartilhados com os empregados, tais como: Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale-Transporte, Programa de Alimentação do Trabalhador, Auxílio Educação, Auxílio Funeral e Auxílio Portador de Deficiência.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

19.2 Benefícios a aposentados

Até 09/01/2024, a Companhia concedeu benefício de assistência médica aos aposentados e ao seu cônjuge/companheiro, benefício este estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho sendo que a permanência no plano implicava no pagamento pelo aposentado de 1% do seu salário nominal na data do desligamento e 0,6% pelo cônjuge/companheiro. Além da participação mensal, cabia ao aposentado o pagamento de 20% do valor das consultas realizadas. A Companhia provisionou em 31/12/2023, as despesas com assistência médica aos aposentados até o final da vigência de tal benefício, num total de R\$ 66.870 (R\$ 2.737.947 em 2022).

A partir de 10/01/2024, os aposentados que desejarem manter seu plano de assistência médica deverão custear a totalidade do benefício, efetuando os pagamentos diretamente à operadora de plano de saúde, sem qualquer participação da Companhia.

19.3 Previdência Privada

A Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar denominada Previcel - Previdência Privada da Celepar. Tal entidade não possui fins lucrativos e foi constituída através da Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1996. Tem a finalidade de garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a empregados da Celepar e participantes. O Plano Previcel estabelece duas modalidades de benefício: benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). A modalidade de benefício definido (BD) encontra-se na situação de superávit técnico, apresentando em 31/12/2023 superávit de R\$ 48.654.677 (R\$ 29.259.250 em 2022) e é fiscalizada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Já a modalidade de contribuição definida (CD) não produz superávits ou déficits, pois os benefícios restringem-se aos saldos individuais acumulados por cada participante.

A empresa Data A Soluções em Serviços Atuariais, Econômicos e Previdenciários Ltda, CNPJ 15.489.945/0001-96, realizou por demanda da Celepar, estudo atuarial com consequente emissão de Relatório de Avaliação Atuarial relativo ao Plano Básico de Benefícios da Previcel, contendo os resultados da avaliação atuarial procedida (dados em 31/12/2023 e 31/12/2022) com base nas regras ditadas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC. Para a elaboração do relatório atuarial foram utilizados dados cadastrais individuais do Plano Básico PREVICEL posicionados em 31/10/2023.

As obrigações atuariais apresentadas no relatório da Data A foram calculadas com o uso do método de Crédito Unitário Projetado e representam uma medida das condições financeiras estimadas do plano de benefícios para uma data particular.

Os resultados da Avaliação Atuarial de 2023 podem assim ser resumidos:

Exercício fiscal finalizado em	31/12/2022	31/12/2023
Informações a respeito da moeda		
1. Moeda local	R\$	R\$
2. Moeda para reporte	R\$	R\$

A. Reconciliação da obrigação de benefício definido

1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	370.897.898	375.399.899
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	8.077.515	8.388.090
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
3. Custo dos juros	33.306.631	35.643.288
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(10.183.118)	(12.535.446)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	6.204.092	6.388.884
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	4.502.001	34.704.216
c. Efeito da experiência do plano	(37.405.120)	(37.884.816)
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	375.399.899	410.104.115



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR

CNPJ 76.545.011/0001-19 - Rua Mateus Leme, 1561 - Bom Retiro - Curitiba/PR



B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano

1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	369.475.137	406.606.989
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	33.178.867	35.506.561
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	6.174.705	6.451.866
ii. Contribuição relativa aos benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	6.204.092	6.388.884
c. Benefício pago pelo plano	(10.183.118)	(12.535.446)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(1.757.306)	(7.101.796)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	406.606.989	435.317.058

C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso

1. Limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano anterior	-	-
2. Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	-	-
3. Redimensionamento	-	-
a. Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)	-	-
4. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
5. Limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano	-	-

D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa

1. Obrigação de benefício definido	375.399.899	410.104.115
2. Valor justo do ativo do plano	406.606.989	435.317.058
3. Situação financeira do plano	(31.207.090)	(25.212.944)
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	-	-
5. Passivo / (Ativo) líquido	(31.207.090)	(25.212.944)

E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido

1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	8.077.515	8.388.090
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Custo total do serviço	8.077.515	8.388.090
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	33.306.631	35.643.288
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(33.178.867)	(35.506.561)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
e. Custo líquido total dos juros	127.764	136.727
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	8.205.279	8.524.817
6. Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(4.502.001)	34.704.216
c. Efeito da experiência do plano	(37.405.120)	(37.884.816)
d. Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	-	-
e. Rendimento sobre o direito reembolsável (deduzido dos juros sobre o direito reembolsável)	-	-
f. Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)	-	-
g. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(34.660.425)	3.921.196
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	(26.455.146)	12.446.013

F. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido

1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(1.422.761)	(31.207.090)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	8.205.279	8.524.817
3. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(34.660.425)	3.921.196
4. Outros eventos significativos	-	-
a. Transferência líquida entrada / (saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão / alienação)	-	-
b. Valor reconhecido decorrente de fusão de plano	-	-
5. Fluxos de caixa		
a. Contribuição paga pela empresa	(6.174.705)	(6.451.866)
b. Contribuição relativa ao benefício pago diretamente pela empresa	-	-
6. Crédito decorrente de reembolso	-	-
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	(31.207.090)	(25.212.944)

G. Segregação da obrigação de benefício definido

1. Valor da obrigação de benefício definido pela situação do participante		
a. Ativos e Autopatrocinados	236.536.374	253.263.072
b. Diferidos	-	-
c. Aposentados e pensionistas	138.863.525	156.841.043
d. Total	375.399.899	410.104.115

H. Principais premissas atuariais

1. Taxa nominal de desconto	9,61%	9,53%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	Tabela por faixa etária	Tabela por faixa etária
	2020	2020
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,90%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,25%	3,90%
5. Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000
	Feminina	Feminina

Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos

1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	30,56
2. Aposentadoria daqui a 15 anos (idade atual 40 anos)	27,51

I. Análise de sensibilidade nas hipóteses adotadas

1. Taxa nominal de desconto		
a. Taxa nominal de desconto + 1%	10,61%	10,53%
Efeito no valor presente das obrigações	(27.643.835)	(29.169.093)
b. Taxa nominal de desconto - 1%	8,61%	8,53%
Efeito no valor presente das obrigações	27.147.181	21.725.700

J. Fluxos de caixa esperados para o próximo ano

1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	6.375.383	6.703.489
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	10.514.070	13.024.328
Ano 2	10.855.777	13.480.180
Ano 3	11.208.590	13.951.986
Ano 4	11.572.869	14.440.306
Ano 5	11.948.987	14.945.716
Próximos 5 anos	57.923.551	72.287.005

20. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas conforme detalhamento:

Seguro	Vigência	Cobertura máxima
Seguro de Responsabilidade Civil	03/09/2021 a 03/09/2024	15.000.000
Seguro Patrimonial	18/03/2021 a 17/03/2024	160.762.914
Seguro Patrimonial Regionais	27/03/2023 a 26/03/2024	100.000
Seguro de Vida	01/11/2023 a 31/10/2025	117.038.271
Total		292.901.185

21. RECEITA LÍQUIDA

Em atendimento ao contido na CPC 30 item 8B, apresenta-se o detalhamento da receita bruta tributável:

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	508.670.273	418.263.895
Receita de Serviços Prestados	508.670.273	418.263.895
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(94.296.028)	(75.296.460)
Impostos sobre serviços	(25.311.901)	(20.912.355)
PIS Não Cumulativo	(7.452.639)	(5.975.823)
COFINS Não Cumulativo	(34.327.366)	(27.525.054)
COFINS Cumulativo	(1.636.865)	(1.682.296)
PIS Cumulativo	(354.651)	(364.493)
Contribuições Previdenciárias	(22.780.728)	(18.821.189)
Descontos Incondicionais	(2.431.878)	(15.250)
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	414.374.245	342.967.435

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas da Companhia estão assim compostas:

Despesas Gerais e Administrativas	2023	2022
Despesas com Pessoal	55.233.878	50.018.802
Despesas com hardware e software	5.938.820	4.554.062
Despesas com materiais e serviços de informática e impressão	2.821.727	498.877
Despesas tributárias	1.096.829	1.012.414
Despesas serviços administrativos, manutenção e outras desp. gerais	21.505.615	20.103.588
Total	86.596.869	76.187.743

23. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo de outras despesas/receitas operacionais está composto da seguinte forma:

Outras Receitas Operacionais	2023	2022
Reversão de provisões	2.428.002	8.411.280
Recuperação de custos	529.640	601.419
Outros ganhos	-	1.454
Receita de inscrição em concurso público	-	45.600
Outras receitas eventuais	-	219.110
Total	2.957.642	9.278.863

Outras Despesas Operacionais	2023	2022
Perdas de capital e outras	(10.682)	(2.471.667)
Perdas de natureza cível	-	-
Perdas de natureza trabalhista e tributária	(700.264)	(2.701.201)
Perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa-processo Previcel	(604.432)	(605.670)
Perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa-clientes	(855)	-
Provisão p/ Benefícios Emprego e Pós Emprego	-	(2.030.574)
Provisão Processos Tributários e outras ações	(61.122)	(169.165)
Total	(1.377.355)	(7.978.277)
Total Outras (Despesas) Receitas Operacionais	1.580.287	1.300.586

24. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia tem a seguinte composição:

Receitas Financeiras	2023	2022
Rendimento e valorização de aplicações financeiras	20.515.989	14.267.543
Variações monetárias ativas	2.082.709	1.344.169
Descontos e juros auferidos	18.601	26.101
JCP e outras receitas financeiras	14.199	30.687
Total	22.631.498	15.668.500
Despesas Financeiras	2023	2022
Juros e taxas	(41.338)	(54.780)
Descontos e outras despesas financeiras	(123)	(14)
Total	(41.461)	(54.794)
Total do Resultado Financeiro	22.590.037	15.613.706

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 27/04/2023 foi aprovada na 95ª Assembleia Geral Extraordinária a proposta de remuneração global dos Administradores, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Indicação e Avaliação e de Auditoria Estatutária da Companhia, no valor global de R\$ 4.982.193 para o período de maio de 2023 a abril de 2024. A aprovação para tal remuneração global para o período do exercício que antecede a maio de 2023 já havia se dado na 89ª Assembleia Geral Extraordinária em 26/04/2022 com o valor global de R\$ 4.697.278. A remuneração individualizada em 2023 de cada administrador da Companhia pode ser consultada em:

<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/orgao=CELEPAR.00>

A Companhia presta serviços para alguns de seus acionistas, apresentando a posição abaixo no exercício 2023:

CNPJ do Acionista	Razão Social	Saldo de Contas a Receber em 31.12.22		Movimento por faturamento		Movimento por recebimento		Saldo de Contas a Receber em 31.12.23	
		31.12.22	31.12.22	31.12.23	31.12.23	31.12.23	31.12.23	31.12.23	31.12.23
76.483.817/0001-20	Companhia Paranaense de Energia	1.537	7.978	-	-	(9.465)	-	50	-
75.234.757/0001-49	Instituto Desenvolvimento Rural Paraná - Iapar-Emater	73.293	936.959	-	-	(81.464)	-	78.758	-
76.417.005/0001-86	Município de Curitiba	7.993	20.914.687	-	-	(20.912.993)	-	10.077	-
76.494.459/0001-50	Companhia de Saneamento do Paraná Saneapar	28.701	225.000	-	-	(227.813)	-	26.888	-
Total		111.484	22.085.624			(22.081.335)		115.773	

*valor dos saldos e movimentos inclui o destaque em nota fiscal e a efetiva retenção de tributos pelos clientes

Embora a Companhia preste serviços para diversos órgãos do governo estadual, não possui nenhum contrato cujo cliente apresente o mesmo número do CNPJ de seu acionista Estado do Paraná (CNPJ 76.416.940/0001-28). Todos os serviços prestados para os acionistas ocorrem nas mesmas condições e preços que os praticados com os demais clientes.

A seguir apresenta-se a posição dos valores de serviços prestados à Secretarias/entidade do Governo do Paraná que apresentaram valor relevante (igual ou superior a 20% do capital social no início do exercício) em 2023, conforme definido no Artigo 36 da política de partes relacionadas da Companhia.

CNPJ do Cliente	Razão Social	Saldo de Contas a Receber em 31.12.22		Movimento por faturamento		Movimento por recebimento		Saldo de Contas a Receber em 31.12.23	
		31.12.22	31.12.22	31.12.23	31.12.23	31.12.23	31.12.23	31.12.23	31.12.23
78.206.513/0001-40	DETRAN - Departamento de Trânsito do PR	9.325.861	126.442.245	-	-	(125.483.201)	-	10.281.906	-
78.393.592/0001-46	CRE-Paraná Coord. Recelta do Estado	365.459	52.650.753	-	-	(52.650.753)	-	365.459	-
76.416.890/0001-89	Secretaria Estado Fazenda	1.503.444	47.777.019	-	-	(48.538.342)	-	742.121	-
77.071.579/0001-08	Secretaria Estado Administração Previd.	2.197.132	30.877.324	-	-	(30.561.503)	-	2.512.953	-
76.416.932/0001-81	Secretaria Estado Segurança Pública	4.345.056	54.754.672	-	-	(54.145.771)	-	4.953.956	-
Total		17.736.952	312.509.013			(311.279.570)		18.866.395	

*valor dos saldos e movimentos inclui o destaque em nota fiscal e a efetiva retenção de tributos pelos clientes

A remuneração (dividendos e juros sobre capital próprio) aos acionistas com participação acionária em 31/12/2023, apresentou a seguinte situação em 2023:

Razão Social	Dividendos 2023	JCP Bruto 2023	Total (Dividendo Mínimo Obrigatório 2023)		Dividendo Mínimo Obrigatório 2022 pago em 2023
			Dividendo Mínimo 2023	JCP Bruto 2023	
Estado do Paraná	5.832.702	13.475.157	19.307.859	-	10.465.585
Fundo de Desenvolvimento Econômico	224.455	518.555	743.010	-	420.281
Município de Curitiba	112	259	371	-	210
Companhia de Saneamento do Paraná Saneapar	2.131	4.924	7.055	739	3.824
Fundação Celepar	12	28	40	4	22
Companhia Paranaense de Energia	12	27	39	4	22
Inst.Desenv.Rural PR - Iapar-Emater	455	1.050	1.505	157	851
Total	6.059.879	14.000.000	20.059.879	904	10.890.795

Em 26/06/2023 houve também o pagamento do Dividendo Mínimo Obrigatório 2022 à então acionista Redecard Instituição de Pagamento S/A no valor de R\$ 147.705.

Os dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) imputados aos dividendos referentes ao exercício 2023, dependem de deliberação da Assembleia Geral para efetivo pagamento aos acionistas ou reversão para Reservas.

26. IMUNIDADE

26.1 Impostos Federais

No dia 05/06/2023 a Celepar ingressou com ação cível originária nº 3640 (CNJ nº 0077307- 38.2023.1.00.0000) contra a União, pleiteando a declaração do direito à imunidade disposta no artigo 150, VI, "a" da CF/88, com os seus respectivos efeitos em relação aos cinco anos anteriores à propositura da medida judicial, com requerimento de concessão de tutela de urgência para desobrigar a Celepar ao recolhimento de impostos federais incidentes sobre o patrimônio, a sua renda e seus serviços até o encerramento do referido feito.

Em 26/06/2023, o Ministro Relator da referida ação, Min. Dias Toffoli, concedeu parcialmente a tutela de urgência pleiteada pela Celepar para desobrigá-la ao recolhimento de impostos federais sobre patrimônio, renda ou serviços "vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes" (art. 150, §2º, da CF), excluídas da imunização eventuais patrimonial, renda e serviços que visem exclusivamente ao aumento patrimonial da autora, até decisão final de mérito desta demanda, decisão esta que foi referendada por unanimidade pelo pleno do Supremo Tribunal Federal em 08/08/2023, publicado em 17/08/2023, tutela esta vigente até o presente momento.

Em 04/10/2023 foi publicada decisão monocrática que analisou o mérito da referida ação cível originária nos mesmos termos da decisão em tutela de urgência concedida, a qual foi objeto de recurso de Agravo Regimental interposto pela União, o qual foi improvido pela maioria dos Ministros do STF, decisão publicada em 08/03/2024, que aguarda o trânsito em julgado.

26.2 Impostos Municipais

No dia 29/06/2023, a Celepar ingressou com ação declaratória c/c repetição de indébito nº 0003301- 19.2023.8.16.0004 contra o Município de Curitiba pleiteando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária entre a Celepar e o Município de Curitiba, tendo em vista o direito à imunidade tributária disposta no art. 150, VI, "a", da CF/88 e concessão de tutela de urgência para desobrigar a Celepar ao recolhimento de impostos municipais incidentes sobre o seu patrimônio, a sua renda e seus serviços até o encerramento da referida ação.



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR

CNPJ 76.545.011/0001-19 - Rua Mateus Leme, 1561 - Bom Retiro - Curitiba/PR



Em 11/07/2023, a Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba concedeu a tutela de urgência, determinando a suspensão da exigibilidade dos impostos municipais discutidos, incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da Celepar. O referido processo encontra-se aguardando o julgamento do mérito.

DIRETORIA EXECUTIVA

André Gustavo Souza Garbosa Diretor-Presidente	Guilherme de Abreu e Silva Diretor Administrativo-Financeiro
André Ricardo da Nova Telles Diretor de Mercado	John Fábio Juskas Neves Filho Diretor de Governança e Gestão Estratégica
Anibal André Antunes Mendes Diretor de Desenvolvimento, Serviços e Inovação	Marco Aurélio Bonato Diretor de Tecnologia e Operações
Glaucio Baduy Galize Diretor Jurídico e de Gestão de Pessoas	
Eli Margarete Winter Contadora - CRC-PR 062044/O-1	


**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores e aos Administradores da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de março de 2024.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR No 029.121/O-0

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR No 050.998/O-9

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES CRC/PR No 2906/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades Anônimas, examinou toda a documentação representativa das operações realizadas no exercício de 2022, bem como o Relatório da Diretoria e o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com Evidenciação dos Outros Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas anexas às Demonstrações Contábeis. Considerando o Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 26 de março de 2023, nossa opinião é de que estes documentos refletem a situação exata da Companhia, estando em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Conselho

Luís Augusto Silva
Conselheiro

Luís Regina Mazer
Conselheira

PARECER AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, no exercício de suas competências e atribuições legais, conforme previsto no Regimento Interno do CAE e, considerando as informações prestadas pela Administração da companhia e pelos profissionais da Consult Auditores Independentes, entende que as Demonstrações Contábeis da Celepar, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representam de forma adequada, de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no país, a correta situação patrimonial e financeira da companhia, recomendando, portanto, por unanimidade, sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

O relatório resumido é divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

Curitiba, 1º de abril de 2024.

João Luiz Barbur Madalozzo
Presidente do Comitê

Evandro Henrique Palegari
Membro do Comitê

Lineu Edson Tomass
Membro do Comitê

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As contas da Companhia e o conjunto completo de suas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram submetidos pela Diretoria Executiva à apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e aprovados por unanimidade na 2ª Reunião Extraordinária do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 01/04/2024, na 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal, realizada em 01/04/2024 e na 75ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, realizada em 02/04/2024.

DIRETORIA EXECUTIVA

André Gustavo Souza Garbosa
Diretor-Presidente

Guilherme de Abreu e Silva
Diretor Administrativo-Financeiro

André Ricardo da Nova Telles
Diretor de Mercado

Anibal André Antunes Mendes
Diretor de Desenvolvimento, Serviços e Inovação

Glaucio Baduy Galize
Diretor Jurídico e de Gestão de Pessoas

John Fábio Juskas Neves Filho
Diretor de Governança e Gestão Estratégica

Marco Aurélio Bonato
Diretor de Tecnologia e Operações

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Elias de Oliveira
Presidente do Conselho

André Gustavo de Souza Garbosa
Conselheiro

Allan Marcelo de Campos Costa
Conselheiro

Guaracy Andrade
Conselheiro

Fábio Alexandre Pazzetto Arruda
Conselheiro

Renato Celso Beraldo Junior
Conselheiro

Rodrigo Marra do Amorim
Conselheiro

40586/2024